

3

A CONDIÇÃO FEMININA E SUAS AMBIGÜIDADES

3.1

Transformações nos âmbitos público e privado

Em retrospectiva, a posição da mulher ao longo da História da Humanidade pode ser considerada pela mulher contemporânea, um verdadeiro absurdo, uma injustiça; haja vista que, na maioria das vezes, ela esteve em posição inferior ao homem, ora considerada propriedade dele, ora um ser que só seria amável e respeitável se fosse passiva e submissa. Mas a mulher conquistou seu espaço e fincou raízes irreversíveis no que diz respeito à condição feminina. Para tanto, levou, literalmente, séculos, mas, finalmente, alcançou sua independência afetivo-sexual, social, política, produtiva e, principalmente, econômica⁸.

O século XX foi marcante nesse processo, pois trouxe muitas mudanças para a sociedade ocidental, ainda que alguns autores se refiram a tais mudanças como responsáveis pela grande crise que se instalou no casamento e na família. Essa crise, mencionada no capítulo anterior, teria sido causada por alguns acontecimentos, tais como:

“a diminuição da religiosidade, o advento de anticoncepcionais, uma conseqüente maior separação entre maternidade e sexualidade, o próprio movimento de emancipação feminina, os avanços tecnológicos e, até mesmo, o advento da psicologia no entendimento desses fenômenos e na contribuição para a valorização da busca individual por bem-estar.” (Jablonski, 1998)

Portanto, não podemos falar apenas da emancipação feminina sem abordarmos todos os aspectos a ela ligados. Por mais que alguns autores considerem, de fato, o aspecto econômico o maior responsável pela mudança definitiva da condição da mulher na sociedade, existiram outros pontos que acompanharam essa mudança concomitantemente e que contribuíram para formar uma atmosfera propícia. Estamo-nos referindo à sexualidade e à maternidade. Não nos aprofundaremos no detalhamento da evolução dessas mudanças, mas

⁸ Vale lembrar que a referência continua sendo a mulher de classe média/alta.

consideramos importante abordá-las, uma vez que um dos grandes conflitos da mulher atual é conciliar maternidade, profissão e vida sexual ativa.

Segundo Badinter (1985), Freud teve grande peso dentro do universo das discussões do início do século XX, tanto no campo da maternidade, quanto no da sexualidade. No caso da maternidade, existiam, naquela época, valores de que, para a mulher ser boa mãe, era preferível que ela tivesse experimentado, em sua infância, uma evolução sexual e psicológica satisfatória junto de uma mãe também relativamente equilibrada. Freud, várias vezes, se negou a dar conselhos aos pais, argumentando que toda educação resultava em um fracasso, como indica Badinter (1985). Porém, depois da 2ª Guerra Mundial, vários de seus discípulos esqueceram a advertência, traçando o retrato da “boa mãe”, já que seus maridos ficavam muito tempo ausentes de casa e, muitas vezes, nem voltavam da guerra. Então, eles davam conselhos às mulheres em livros escritos especialmente para elas ou em veículos de comunicação de grande difusão. A partir de então, não se parou mais de falar sobre o devotamento materno, agora revestido de culpa se não cumpridas todas as responsabilidades.

O próprio sentimento de infância a partir do início do século XX foi redefinido. Anteriormente a isso, não havia espaço para a intimidade familiar e a afetividade, uma vez que a casa se estendia ao mundo público, era repleta de gente morando em seu interior e nela aconteciam negociações políticas e produtivas. Segundo Ariès (1978), só mais tarde, com a separação da escola, da fábrica e da diminuição de pessoas na família, que se iniciou a mudança efetiva. Importante destacar que, recentemente, uma revisão histórica sobre a família (Cooper, 1999) veio comprovar a existência de afetividade desde a Era Medieval, ao menos na Itália. Esses estudos indicam que, mesmo Áries, admitiu que suas publicações anteriores, datadas de 1978, eram muito radicais, ao dizer que o sentimento de infância e o afeto não existiam naquela época. De qualquer modo, com ou sem espaço, a afetividade era vivida de modo diferente do que é hoje.

Segundo Costa (1979), nos anos 30 e 40 do século XX, ao mesmo tempo em que se falava muito do devotamento e do aleitamento materno, acreditava-se que as mulheres não necessitavam de informações sobre sexo, por exemplo. Já nos anos 50, o comportamento sexual feminino era “desculpado” Silva (1989), caso fosse fruto de um grande amor. Entretanto, como alerta Silva (1989), o amor

para as mulheres passou a ser, na realidade, uma forma ainda mais sutil de repressão, pois a busca do prazer pelo prazer a ela não era permitida, apenas a busca do amor, que, provavelmente, deveria fazer parte de “uma linda história com final feliz” (Jablonski, 1998). Mesmo a mulher atual que já tenha sua independência derivada do trabalho remunerado e que, com isso, tenha adquirido possibilidade de decisão da sua própria vida, ainda, é pressionada – nem que seja de uma forma bastante camuflada – a abrir mão de uma sexualidade que busca o prazer e de uma vida independente, em prol de uma antiga escolha: o lar e a família.

Para uma boa estrutura familiar, acreditava-se que, quanto mais tarde as mulheres tomassem consciência do seu desejo, melhor seria, porque, somente assim, se tornaria possível controlar uma gravidez indesejada e aumentar as chances de um bom casamento. Porém, ao mesmo tempo em que as mulheres teriam de se comportar desse jeito, deveriam também ser sedutoras e estar sempre bonitas para atraírem os homens. Ainda hoje, encontram-se atitudes como esta, não só por parte do que os homens pensam das mulheres, mas também do que muitas mulheres pensam sobre si mesmas. Atualmente, como aponta Goldenberg (2000), pode-se falar abertamente sobre sexo, mas, se a mulher pretende arranjar um namorado sério, ou mesmo um marido, a sociedade ainda espera que ela transmita um ar de pouca experiência sexual. A partir disso, é possível pensar em um conjunto de regras determinadas socialmente, que vão desenhando o contorno do certo e do errado nas relações entre os gêneros.

Nas décadas de 60 e 70, as mulheres começam a entrar para o mercado de trabalho, aumentando progressivamente a valorização do trabalho remunerado feminino. Em contrapartida, passa a repercutir nos meios de comunicação a idéia de que a mulher deve abrir mão de alguns anos da sua carreira profissional para construir uma família. Isso causou a resistência de várias mulheres, que acabaram por formar uma militância feminista em prol do direito de escolha pelos rumos da própria vida. Interferiram na mídia, fazendo com que a maior parte de seus veículos de massa mudasse o tom das idéias divulgadas⁹ e, assim, fizeram com que outras mulheres tomassem consciência do constrangimento do papel materno que lhes era imposto. Nascia, então, um novo vetor: o discurso do movimento

⁹ O ideal de uma boa mulher estaria, até então, ligado ao ideal da boa mãe. Ser aceita pela sociedade significava ser uma boa mãe dentro de casa.

feminista que visava desconstruir o imaginário moral que colocava a mulher em uma posição de mãe passiva e submissa aos filhos e ao marido (Badinter, 1985). Essa luta pelos direitos de escolha das mulheres tinha como uma de suas bases fundamentais a reivindicação de valorização das características femininas e a pretensão de circunscrevê-las, descobrindo a existência de um inconsciente feminino. Queriam salvar as diferenças, reivindicando igualdade, com o slogan: “A igualdade na diferença” (Badinter, 1985).

Nessa época, no Brasil, as revistas femininas também começavam a modificar o conteúdo de suas matérias, que, até então, estavam sempre muito voltadas para assuntos de culinária, decoração, beleza, moda, corte e costura. Segundo Goldenberg e Toscano (1992), é digno de nota o trabalho exercido por uma jornalista chamada Carmem da Silva, que respondia a cartas de leitoras da revista Cláudia, contando suas insatisfações sexuais e conjugais. Carmem as estimulava a procurar um trabalho remunerado, enfrentar desafios e não aceitar a posição de serviçal do marido e dos filhos. A sexualidade estava em voga. Segundo Silva (1989), as intenções de amor e sexo de homens e mulheres se tornaram muito variadas. As pessoas passaram a se procurar por satisfação de necessidades de prazer, afeto, erotismo, amor, descarga de tensão, carinho, orgasmo, obrigações conjugais, desejo de agradar, de demonstrar poder, de submissão e, até mesmo, de reprodução. Do sexo reprodutivo, o paradigma mudou para o sexo com prazer, na busca de homens e mulheres por relações afetivas. A segunda metade do século XX inaugura, então, uma época onde casamento, amor e prazer podem estar juntos no mesmo contexto.

No entanto, no mundo privado, homens e mulheres vivenciam essas mudanças de modos bastante diferentes. Em certo sentido, o desejo do homem, desde o período patriarcal, sempre foi considerado como instintivo e “necessitado” de ser descarregado. Além disso, esse instinto não seria direcionado para a esposa, considerada mulher de respeito, que não poderia ser “contaminada” pela idéia de um sexo imoral, cheio de prazer. Para os homens, isso gerou uma enorme cobrança, pois acabou causando um certo aprisionamento, segundo Goldenberg (2000), por eles terem que estar disponíveis sempre que alguma mulher quisesse. Para as mulheres, a crença em seu desinteresse por sexo, típica do final do século XIX, parece ter invadido o século XX – e, de certa forma, ainda permanecido no imaginário social no início do século XXI. A preocupação no

início do século XX era com a futura mãe, porque a maternidade que definia a natureza da mulher. Badinter (1985) ressalta o quanto essa figura materna ficou associada ao feminino ao longo de todas essas mudanças.

Após o advento da pílula anticoncepcional, durante os anos 70, a sociedade passaria a exigir da mulher uma postura mais sexualizada. No entanto, padrões de comportamento não mudam radicalmente de uma hora para a outra. Experimentam-se muitos sentimentos contraditórios em relação à sexualidade feminina e uma pressão, ainda maior, para os homens terem um bom desempenho e agradarem mulheres que agora podiam sentir prazer. Desta forma, ainda que Hunt (1974) aponte para mudanças no relacionamento conjugal, dizendo que o sexo veio se tornando mais igualitário, com os maridos mais preocupados com a satisfação de suas esposas, com as mulheres mais participantes, com ambos os parceiros mais livres em termos de carícias preliminares ou de posições durante o ato, na prática, ainda, encontramos muitos comportamentos diferentes destes.

A mudança definitiva da postura da mulher no mundo público, por sua entrada no mercado de trabalho, promete experimentar ainda significativas transformações no mundo privado. Muito mudou nas relações afetivo-sexuais e uma série de novos desejos e exigências surgiram, em função de sua independência econômica (Goldenberg, 2000). Contudo, os papéis sexuais não estão plenamente redefinidos. A mulher se encontra em um momento particularmente difícil, “pois não quer mais ser submissa, passiva e assexuada, e também não é ainda a mulher livre tão divulgada em novelas e filmes” (Jablonski, 1998); e o homem, por sua vez, está vivendo o que muitos autores chamam de “crise masculina”, porque ele guarda os resquícios do machão tão conhecido na história da civilização e, ao mesmo tempo, quer descobrir uma maneira eficaz de se relacionar com o ex-“sexo frágil” (Ramos, 2000).

3.2

Impasse atual: como conciliar carreira e família?

A tentativa de conciliar carreira e família tem sido o impasse número um na lista de preocupações femininas atuais. Com o ingresso da mulher em atividades remuneradas, mesmo que algumas trabalhem em casa, a divisão sexual do trabalho mudou definitivamente. Hoje, a maior parte dos lares é sustentada por

ambos os membros de um casal e, com isso, o tempo reservado às tarefas domésticas diminuiu muito, mesmo que sejam realizadas essencialmente pelas mulheres, como comprovam recentes estudos. Jablonski (2007), em pesquisa sobre o assunto, confirmou que, embora os homens relatem uma efetiva participação, a maior parte das responsabilidades da casa e dos filhos, ainda é, das mulheres. Os pais possuem, na verdade, uma função colaborativa, coadjuvante, definida quase sempre pelas mulheres como uma ajuda, explica Jablonski (2007).

Conforme discutido anteriormente, no capítulo 2, hoje existe uma enorme variedade de estruturas familiares e devemos levar tudo isso em consideração. Nos principais centros urbanos do mundo ocidental, encontramos: famílias com pai e mãe trabalhando fora; com pai e/ou mãe estando no segundo casamento e já tendo filhos do primeiro; casais homossexuais; relações monoparentais, apenas com a mãe ou o pai; casais que não têm filhos, por opção ou não; etc. Enfim, independente do arranjo familiar encontrado, parece existir ainda uma crença tanto de homens, quanto de mulheres – de que a mulher é a responsável principal pelas tarefas domésticas e o homem, pelo sustento da família. Até porque, na mesma pesquisa citada acima, as próprias mulheres expressam assumir mais intensamente essas tarefas. Os homens possuem uma participação maior no cuidado com os filhos do que possuíam há décadas atrás e, na visão deles, fazem muito mais do que suas mulheres relatam. Elas, por sua vez, ainda que recebam ajuda, sentem-se sobrecarregadas. Jablonski (2007) usa o conceito de atribuição de causalidade (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2000) para explicar essa diferença no discurso de ambos, pois, na hora de avaliar as próprias ações, a tendência é percebê-las de uma maneira diferente de quando avaliamos as dos outros, valorizando seu esforço próprio e desqualificando o do outro, ou seja, a pessoa sempre faz mais e o outro faz menos do que deveriam fazer.

O conflito está no fato de que a maioria das mulheres almeja suas carreiras e as percebe como realização e satisfação pessoal. É essa atmosfera criada pelo mundo do trabalho, onde as mulheres precisam conciliar o sucesso em três âmbitos distintos – casa, filhos e profissão –, que tem se tornado um desafio para muitas delas e, conseqüentemente, para muitos casais. De modo geral, ainda é a mulher quem vai abrir mão do seu trabalho, em prol da família e da carreira do marido, ou vai precisar diminuir o ritmo, para conciliar os cuidados com bebês pequenos e trabalho, ou cuidar do filho doente a noite inteira e não deixar cair o

rendimento do trabalho no dia seguinte. Enquanto isso, os homens seguem sua rotina de trabalho normalmente, oferecendo alguma ajuda a mais em casa, nada ainda suficientemente significativo, para que a condição feminina possa assumir novos contornos em relação a essas obrigações (Perlin & Diniz, 2005).

Nesse sentido, uma pesquisa publicada pelo Instituto Datafolha, Canzian (2007) indica que os homens acabam pagando a maior parte das contas da casa, como uma espécie de compensação da sobrecarga de afazeres das mulheres. Nessa pesquisa, 49% dos homens disseram arcar com a maior parte das despesas da casa, o que, entre as mulheres, cai para 29%. Na faixa dos 26 aos 40 anos, sobe para 55% a porcentagem de homens com essa responsabilidade financeira. Segundo a pesquisa, quanto mais velhos os filhos vão ficando, mais o homem se desculpa da falta de cuidados diretos com eles, explicando o excesso de trabalho devido à necessidade de suprir financeiramente a casa. Sendo assim, o homem justifica sua ausência e se apropria de uma função única, que se pretende desgastante o suficiente para comprovar o sacrifício que ele faz, diante da sobrecarga da sua mulher. Portanto, segundo a pesquisa, o investimento financeiro fica com o homem e o investimento emocional, educacional e “preocupacional”, com a mulher.

A falta de igualdade na divisão das tarefas domésticas e nas oportunidades de trabalho tem colocado a mulher contemporânea em uma posição realmente estressante. Segundo Rocha-Coutinho (2001) “parece que homens e mulheres, hoje, multiplicaram funções, mas ainda não dividiram responsabilidades”, o que pode influenciar negativamente a satisfação conjugal. Baseando-se nessa idéia, Perlin & Diniz (2005) conduziram uma pesquisa na Universidade de Brasília, que mediria a satisfação conjugal em casais de dupla-carreira¹⁰. As reflexões sugeridas pelo estudo dizem respeito à existência de uma consciência de ambos os membros do casal da difícil meta – principalmente, por parte da mulher – de conciliar tudo isso, mas ressaltam que essa consciência não significa que, na prática, as coisas estejam mudando. Mesmo assim, as autoras afirmam que esses casais parecem buscar estratégias para serem bem sucedidos em suas escolhas. Esse estudo comprovou que o discurso mais igualitário dos homens não se concretiza na prática do cotidiano dos casais, mas que também as

¹⁰ Outras pesquisas sobre casais de dupla-carreira, quando homem e mulher desempenham carreiras profissionais no mercado de trabalho, podem ser encontradas em Monteiro (2001).

próprias mulheres não deixam espaço para que eles, realmente, assumam essas responsabilidades. No entanto, Perlin & Diniz (2005) descartam as idéias de falência da relação conjugal e de crise, argumentando que o casamento pode estar passando, simplesmente por um processo de transformação em sua função e significado. Afinal, os casais entrevistados por elas demonstraram buscar soluções para essa realidade.

A exigência de uma “super-mulher” que dê conta de tudo e não reclame de nada permeia o imaginário social como um todo, tanto por parte das mulheres, quanto dos homens. Muitas vezes, é a própria mulher quem exige de si mesma “super-poderes” (Féres-Carneiro, 1998, 2001; Rocha-Coutinho, 2001; dentre outros). Podemos pensar, então, que, no casamento contemporâneo, parece existir uma vontade de encontrar soluções mais práticas para essas questões, além de uma compreensão masculina presente no discurso de muitos homens, mas nada ainda muito concreto na prática.